

|| Cunhado de Prisco tem casa de graça. E não pode.

Deixar o cargo no governo, mas continuar usufruindo das mordomias já é prática comum em Brasília. E um entre esses felizardos que ocupam residência oficial sem pagar aluguel é nada menos que o cunhado do ex-ministro e deputado Prisco Viana (PMDB-BA). José Luiz Santana de Carvalho ocupa uma mansão na QL 10, conjunto 7, casa 9, no Lago Sul, desde que foi convidado por Prisco Viana, então ministro, para ocupar a Secretaria Geral do Ministério do Desenvolvimento Urbano. Em janeiro, o ministério foi extinto, Prisco Viana perdeu o cargo, José Luiz tam-

bém, mas não devolveu o imóvel.

"Eu posso ficar morando na casa até o final desse ano, mas já estou providenciando a minha mudança", alega José Luiz, que garante ter recebido o imóvel em condições precárias e investido dinheiro do próprio bolso em reformas. "Além disso, o antigo ocupante demorou três meses para me ceder a casa, quando fui convidado a ocupar a Secretaria porque tinha filhos na escola", acrescenta, apontando um erro do passado para minimizar sua própria atitude.

"Ele está totalmente irregular porque essa residência,

destinada aos secretários de ministério, deve ser devolvida ao governo com a perda do cargo", afirma um funcionário da assessoria jurídica da Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (Sucad), órgão que administra os imóveis funcionais em Brasília.

A Sucad tomou conhecimento, ontem, de que José Luiz estava ocupando irregularmente o imóvel através de uma denúncia. Ontem mesmo, o ex-secretário-geral recebeu um comunicado do órgão, concedendo-lhe dez dias para deixar o imóvel, sob pena de ser citado pela Justiça numa ação

de reintegração de posse.

"Desde que o Ministério do Desenvolvimento Urbano foi extinto eu fiquei um mês à disposição do Ministério do Interior e soube, naquele Ministério, que teria direito a ficar na casa até o final do ano letivo porque tenho filhos na escola", argumenta José Luiz. A Sucad informa, entretanto, que as residências oficiais devem ser devolvidas com a perda da função no governo, não havendo amparo legal mesmo no caso do funcionário que tem filhos em escola. José Luiz é atualmente pesquisador da Comissão Nacional de Energia Nuclear e trabalha no escritório da CNEM em Brasília.